



CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Ata da Reunião Ordinária de Outubro - 2025

Data: 20 de outubro de 2025

Início: 14h00min **Término:** 17h

Local: Auditório do Paço Municipal

Reunião em modo: Presencial

LISTA DE PRESENÇA

SEMAS: Gabriela Pascoal Certório

Secretaria Municipal Adjunta de Saneamento: Rodrigo Mariano da Silva

Secretaria Municipal Adjunta de Turismo: Glauber Henrique Santos Caldas

CBH: Thayná Fernandes

Associação Raízes: Cíntia da Silva do Espírito Santo e Jane da Conceição Ribeiro da Costa

S.O.S Praia do Pecado: Leonardo Pereira Machado

Instituto Visão Social: Bernadete Vasconcellos

OAB/RJ: Milena Rocha

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU-RJ: Marcelino da Silva
Fernandes

NUPEM: Rodrigo Lemes Martins

Convidados: Virgínia Nogueira de Carvalho, Alexandre Goulart Paiva, Valéria Quariguazil
Vieira, Wagner Nunes Firmino, Marina Rodrigues, João Carlos Peçanha, Rosana Aguilar,
Gilmar Carlos Belém.

INSTITUIÇÕES AUSENTES

Secretaria Municipal de Educação;
Secretaria Municipal de Saúde;
Procuradoria Geral do Município;
Secretaria Municipal de Obras;
Secretaria de Ordem Pública;
Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia;
Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa de Macaé;
CDL;
ACIM;
Entidade Pesqueira;
Instituição Técnico Científica – UFF;

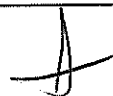
JUSTIFICATIVAS

PAUTA

I. PEQUENO EXPEDIENTE

1. Verificação de quórum;
2. Aprovação da ata anterior;
3. Leitura do expediente;
4. Comunicações:

- a) Adesão do Município de Macaé aos programas “ Rede Parceiro Olho no Verde”;
- b) PRF 1.1 Projeto Restinga Boa e Restinga Nativa – Praia do Pecado;
- c) Chamamento Público Cadastro de ONGs Ambientais Municipais;
- d) Chamamento Público Cadastramento de Instituições Acadêmicas;
- e) Chamamento Público Cadastramento de Projetos no Banco de Projetos Ambientais da



SEMAS;

g) Plano de Gerenciamento Costeiro (PGC) de Macaé;

h) Diagramação e publicação do Manual de Arborização Urbana do Município de Macaé;

i) Embargo e Notificação Parcelamento Irregular Gleba Mato Escuro;

J) Fiscalização de Ligação de Esgoto Cavaleiro e Novo Cavaleiro;

k) Fiscalização Obras Canal Campos Macaé;

l) Estudo de pedido de TAC PCH Hidrelétrica Glicério – ajuste de demarcação da UC Pico do Frade em razão da pré-existência da usina hidrelétrica de Glicério;

m) Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

- Tribuna Livre: Até 15 inscritos (tempo dividido entre os inscritos).

II. GRANDE EXPEDIENTE

- Macaé Garrafa Zero: Inovação na Logística Reversa, Coleta de Reciclagem de Garrafas PET e Vidro.
- Conexão Verde: Educação Ambiental para Atendimento de Condicionantes.

III. ORDEM DO DIA

1. Escolha do membro da Comissão de Educação Ambiental

IV. INFORMES GERAL

- SEMAS

PEQUENO EXPEDIENTE

Verificado o quórum, O **Presidente do COMMADS, Phelipe Smith**, deu início à 10ª reunião



ordinária do **COMMADS de 2025** e informou a ausência da Secretária Geral Monique por motivo de saúde. **Secretário Executivo Hélio Marcio** submeteu a ata da reunião referente a junho à aprovação do Conselho e esta foi aprovada por unanimidade e sem retificações. Passou-se à leitura do expediente, das comunicações e da ordem do dia. A **Conselheira Bernadete** disse ter protocolado, junto à Secretaria, um pedido de retirada do tema das Pequenas Centrais Hidrelétricas da pauta, visando, antes, uma melhor instrução dos conselheiros sobre o assunto, inclusive, com envio de documentos dos empreendimentos para estes tomarem conhecimentos e poderem formular perguntas na apresentação do tema. Informou também ter protocolado questionamentos sobre o gerenciamento costeiro. A **Conselheira Thayná Fernandes** solicitou que a Secretaria enviasse documentos e informações sobre as PCHs para o e-mail do Comitê de Bacias Hidrográficas para que os membros daquele colegiado pudessem analisar. O **Secretário Executivo Hélio Márcio** declarou registrada as solicitações das conselheiras e explicou que tais matérias não seriam submetida a deliberações, qua apenas seriam parte das comunicações, que não havia documentos, que o licenciamento não seria realizado pelo município, que havia um pedido de manifestação da SEMAS sobre o assunto e que, até o momento, a posição da SEMAS era contrária. Fez algumas digressões sobre a atuação da gestão em relação ao Conselho, destacando a postura de diálogo, sinalizou estar sobrecarregado de funções jurídicas envolvendo a Vigilância Sanitária e o Meio Ambiente e mencionou a possibilidade de sair da Secretaria do COMMADS. Retomando os anúncios das **Comunicações**, o **Secretário Executivo** informou que a SEMAS aderiu ao **programa Olho no Verde**, programa do INEA e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, voltado ao monitoramento de desmatamentos e queimadas. Explicou que o programa possibilita um trabalho integrado entre os entes, o que permite à SEMAS receber informações e encaminhar para a fiscalização apurar. Citou a presença do Coordenador da Fiscalização Gilmar Belém e explicou que foi solicitado ao coordenador do programa que, sempre que possível, enviasse a denúncia acompanhada do Cadastro Ambiental Rural – CAR, da propriedade, facilitando a sua identificação. Sobre o **PRF (Projeto de Restauração Florestal) Restinga Boa é Restinga Viva**, explicou que houve muitas demandas e necessidades de ajustes no cronograma que está disponível no Instagram. Sobre o **Chamamento Público de ONGs e Movimentos Sociais**, informou que o cadastro está em andamento e reforçou o pedido de que as ONGs e coletivos atuantes no Conselho se apresentassem ao cadastramento, visando a possibilidade de indicação destas ONGs e coletivos para a atuação em projetos com financiamento privado. Declarou que o **Chamamento Público**



de Instituições Acadêmicas teve uma adesão bastante expressiva e possibilitará um aumento de parcerias entre o poder público e as universidades. Ressaltou que algumas destas parcerias estão sendo destinadas a melhorias no Parque Atalaia. Destacou o processo de elaboração do **Projeto Conexão Verde** que visa possibilitar que as universidades prestem serviços de capacitação e educação ambiental para empresas, sendo uma alternativa de substituição apropriada às consultorias externas e sem vínculo com a cidade. Fez uma rápida menção ao **Cadastro de Projetos Ambientais** e informou que só havia dois projetos cadastrados até o momento. Sobre o **Plano de Gerenciamento Costeiro**, explicou que o mesmo estava sendo elaborado pela Secretaria de Turismo. Defendeu ser melhor não entrar no mérito do porquê. Lembrou que o assunto já foi objeto de árduas discussões no Conselho e que o posicionamento da SEMAS era o de que o plano de gerenciamento passasse, obrigatoriamente, pelo Conselho. Abordou sobre o processo de finalização da diagramação do **Manual de Arborização**, pela SECOM, e declarou acreditar se tratar de uma importante vitória. No tópico **Embargos e Notificações**, relatou a situação de supressão vegetal e ocupação irregular na Vila Badejo que já foi alvo de fiscalização e demolição pela Secretaria de Obras, mas voltou a ocorrer, motivando a instalação de uma comissão da SEMAS e Procuradoria, a publicação de um edital de embargo e a emissão de autos de infração por parte da fiscalização ambiental. A **Conselheira Thayná Fernandes**, que já mencionou esse caso no COMMADS, relatou não ter percebido intervenções da Prefeitura na área mencionada e que, a cada dia, a invasão aumenta. Relembrou que o vereador Ricardo Salgado esteve na área e que este disse que a situação da área estava regular, o que foi contestado pela conselheira que observou que não há nenhuma placa de emissão de licença para obras no local. Pediu a confirmação exata do lugar que estava sendo mencionado e pediu um pouco mais de calma na transmissão das comunicações. Reforçou a reivindicação de que o Conselho Municipal de Saneamento seja colocado para funcionar. O **Coordenador da Fiscalização Gilmar Belém** deu esclarecimentos sobre a localidade, esclarecendo que quando uma consulta prévia usa como localidade “Loteamento Mato Escuro” ou “Gleba Mato Escuro” está se referindo a uma ampla região da zona norte de Macaé e que se faz necessário o envio de coordenadas geográficas do local exato, para uma adequada localização. Sobre o loteamento irregular em questão, explicou estar localizado em uma área de charco e com vegetação localizada entre a Vila Badejo, o Loteamento Barramares e os condomínios do MRV. Confirmou que não houve licenciamento aprovado para a área e explicou sobre o histórico de sucessão de proprietários da mesma, hoje dividida entre diversos



herdeiros que estão sendo autuados pela ocupação desordenada. Acrescentou que a Enel já foi notificada para cortar a energia elétrica da localidade. Sobre a **Fiscalização na rede de esgoto dos Cavaleiros e Novo Cavaleiros**, Gilmar Belém informou que já foram feitas mais de 200 notificações em residências para que realizem a sua ligação na rede de esgoto e que, caso não se regularizem, serão enquadrados como infratores por descarte irregular de resíduos. Explicou que a fiscalização vistoriou todas as empresas que se encontram no entorno da Lagoa de Imboassica, que 17 delas foram notificadas por descumprimento de condicionantes, mas que, em nenhuma delas, foi constatado descarte irregular de efluentes. Uma participante que não se identificou, criticou o fato de tantas residências dos bairros do entorno da Lagoa de Imboassica despejarem esgoto na Lagoa e os órgãos, em sua opinião, se omitirem sobre o assunto. Questionou os critérios de coletas de água feitas pelo INEA e as sinalizações de balneabilidade, afirmando que os pontos críticos de poluição seriam negligenciados. Gilmar Belém explicou que toda a rede de macrodrenagem da região está sendo feita e que esta regularização não ocorre do dia para a noite. Disse que a fiscalização está fazendo o seu trabalho. O **Conselheiro Rodrigo Mariano**, da Secretaria de Saneamento, confirmou que no início da parceria público privada com a BRK, em 2012, o bairro Imboassica havia ficado de fora do planejamento. Ressaltou, porém, que a problemática do esgoto na Lagoa também tem contribuição de município vizinho e pediu que as ONGs ambientais também observassem para esse fato, para que se construísse uma solução mais efetiva para a poluição da Lagoa. Relatou que houve avanços importantes na área do saneamento em Macaé, nos últimos anos, e que o bairro Imboassica já havia sido incluído no escopo de atuação da concessionária de saneamento. Sobre os critérios das análises que definem padrões de balneabilidade declarou ser mais apropriado elaborar os questionamentos e endereçar ao INEA, enquanto órgão competente no assunto. Ainda a título de comunicações, o **Secretário Executivo** informou que foi realizada uma campanha de fiscalização nas **obras do entorno do Canal Macaé-Campos**, que foram produzidos relatórios que apontam uma série de não-conformidades, inclusive em relação ao Manual de Arborização Urbana, que foram emitidas as respectivas notificações e que estava-se aguardando as consequentes tomadas de providências. Deu informes sobre a implantação do **Sistema Eletrônico de Informações – SEI** e questionou se os conselheiros já haviam se cadastrado no sistema. O **Presidente Phelipe Smith** explicou que, por ser um processo novo, em implementação, havia dificuldades a serem superadas e a necessidade de mais capacitação, inclusive para os cidadãos. Disse que os processos estão sendo abertos e que essa transição



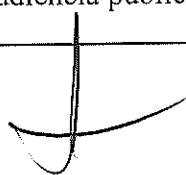
demandava tempo e paciência. O **Secretário Executivo** explicou a complexidade da situação, já que o Decreto estabelecia que a Secretaria não deveria mais receber documentos em papel, que tudo deveria correr por meio eletrônico. Apesar das dificuldades, exaltou o caráter inovador da iniciativa e frisou que esta inovação traria mais transparência às informações. Declarou encerrada as Comunicações e deu início à **Tribuna Livre**.

Tribuna Livre

O **Conselheiro Rodrigo Lemes** declarou achar que a posição adotada pela Secretaria sobre PCH, era um bom posicionamento, e que era importante o COMMADS também se posicionar contrariamente ao empreendimento até que se apresentasse um estudo de viabilidade técnica e ambiental. Alegou ser muito difícil, tecnicamente, discutir qualquer coisa sobre redesenho do MONA do Frade e sobre a questão da hidrelétrica voltar à operação. Defendeu a essencialidade de se buscar entendimento sobre quais são as consequências ambientais. Expôs o seu entendimento de que uma hidrelétrica, depois de tantos anos parada, ser privatizada e voltar a operar, tem consequências ambientais e, ao mesmo tempo, indenizar o proprietário e desmobilizar a estrutura existente também tem consequências ambientais. Explicou que se a proposta for a hidrelétrica voltar à operação mediante compensação através de doação de outra área, haverá consequências sobre a disponibilidade hídrica, para além da questão ambiental. Defendeu a conversa com o INEA como fundamental. Problematicou uma hipótese de haver estudo de viabilidade técnica ambiental e a Prefeitura pretender indenizar os proprietários da área e desmobilizar a estrutura existente. Citou a hipótese de talvez não ser possível calcular os respectivos impactos ambientais das diferentes situações potencialmente resultantes das negociações entre as partes. Arguiu que se faz necessário a realização de estudos, avaliação técnica e levantamento de dados; que a proposta de se trocar uma área por outra não é a solução, não basta. Assentiu sobre a pauta ser difícil de ser conduzida, sobre o rigor técnico adotado pela Secretaria na condução desse processo e sobre a importância do Conselho apoiar essa conduta da gestão. Manifestou o seu apoio como representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A **Conselheira Valéria Docílio** fez menções à importância da audiência pública que foi realizada sobre a supressão de árvores exóticas no Pecado. Questionou sobre a audiência ter sido gravada ou não e declarou que havia pontos importantes discutidos na audiência, como o referente à participação da sociedade civil no comitê para acompanhamento



das fases do projeto. Pediu consignação na ata, formalizando o que foi prometido na reunião. Discorreu sobre elementos que levam a crer que a primeira fase do projeto ainda não foi concluída e não apresentou resultados. Com base nisso, questionou a decisão de se iniciar uma segunda fase do projeto. Lembrou da mobilização de moradores que paralisou a retirada de árvores. Levantou questionamentos sobre possíveis divergências entre os números de árvores com retirada autorizada e o quantitativo real de árvores cortadas. Exigiu que sejam produzidos e disponibilizados laudos fitossanitários sobre as condições de cada árvore candidata a corte. O **Presidente do Conselho** disse que conversaria sobre a produção de laudos com o setor de arborização, explicou sobre um mal entendido envolvendo as secretarias de ambiente e serviços públicos, que agora vigorava a orientação de que as retiradas de árvores só pudessem ocorrer na presença dos técnicos da SEMAS. Enalteceu a postura dos moradores que se mobilizaram em defesa das árvores. Observou que a audiência pública selou um compromisso de acompanhamento do projeto por parte dos moradores e que o seu compromisso como gestor, desde o início, é o de trabalhar com transparência e diálogo. Afirmou que toda a informação solicitada sobre o projeto seria transmitida, que as etapas do cronograma seriam comunicadas mas que, o Projeto de Recuperação Florestal – PRF, seria executado somente a partir de abril. Explicou que toda a árvore, para ser cortada, precisa de autorização do órgão ambiental e que, na hipótese disso não acontecer, o caso em específico precisa ser formalizado e levado para o conhecimento da SEMAS. Disse que não há quantidade de funcionários suficiente para fazer uma busca ativa das problemáticas da cidade e que, por isso, trabalhava-se em cima da demanda. Disse que o número de processos de pedidos de poda e corte de árvores é absurdo, que há apenas 4 técnicos para atender e que todos eles atuam dentro do rigor profissional. A participante **Taísa** e outras participantes que não se identificaram ao microfone, relataram situações recorrentes de cortes de árvores injustificados na cidade, com empresa contratada desde abril, por um valor de R\$ 1.700.000 (um milhão e setecentos mil reais) por mês, ou seja, através da vultuosidade do valor pago à empresa, deduziu-se que esta esteja sendo estimulada a cortar árvores para justificar o valor do serviço. Denunciaram o que chamou de arboricídio na cidade, e que há cerca de 3 semanas atrás, foram removidas 4 árvores grandes, bonitas e saudáveis da entrada do bairro Lagoa. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** considerou **um absurdo a existência de tal contrato de prestação de serviço de poda e corte de árvores e o mesmo não estar submetido à gestão, acompanhamento técnico e fiscalização da SEMAS.** Lembrou que essa questão também havia sido levantada na audiência pública. **Defendeu que o**



COMMADS se manifestasse firmemente sobre isso através de proposta ou moção a ser publicada posteriormente. A Conselheira Bernadete Vasconcelos atribuiu parte da problemática do assunto a um problema de comunicação. Disse que o edital da contratação do serviço de poda e corte não apresentou os critérios de que apenas se cortassem árvores mortas ou doentes. Discursou sobre a importância de uma cobertura vegetal robusta na cidade, com árvores grandes, para efeitos de controle da qualidade do ar, e sobre o fato de tal contrato de poda e corte de árvores, nos moldes em que se encontra e no valor vultoso de 19 milhões anuais, ser uma ameaça à cobertura vegetal da cidade que já se encontra em condições críticas. Alegou ser problemático que se pratique a substituição indiscriminada de árvores antigas por mudas jovens. **Fez questionamentos sobre como se cobra a compensação por cada árvore morta ou doente retirada e que destino se dava as madeiras destas árvores.** Relatou já ter testemunhado caso de cidade contratar empresa para poda e corte de árvores com pagamento de valores vultuosos e sem a adoção de critérios apropriados, resultando na devastação florestal das margens do Rio Paraíba do Sul. Disse que a empresa tinha uma meta de retirada de árvores a bater. Se manifestou sobre o Plano de Gerenciamento Costeiro dizendo que apenas se fazer uma comunicação sobre o tema não bastava e que os conselheiros precisavam ter acesso à proposta para poderem se posicionar. Pediu que fosse registrado na ata, que o projeto foi feito pela pasta de turismo e que apenas se comunicou no COMMADS que o projeto tramitou da Secretaria de Turismo para a Secretaria de Ambiente. O **Presidente do Conselho** se dispôs a trazer os técnicos da Arborização para dar esclarecimentos aos questionamentos da Conselheira Bernadete. A **Conselheira Thayná Fernandes** agradeceu pela presença participação da Taísa, apoiou a fala da Conselheira Bernadete sobre a importância do Projeto de Gerenciamento Costeiro passa pela avaliação do COMMADS e **propôs a criação de um Grupo de Trabalho de Acompanhamento de Restauração de Áreas Vulneráveis**, tendo em vista as recorrentes discussões sobre degradações de áreas da cidade. **Questionou sobre o funcionamento da Câmara Técnica de Mudanças Climáticas.** A Conselheira Jane da Conceição relatou ter sofrido uma queda em uma calçada no Centro de Macaé, onde outras duas pessoas haviam caído anteriormente, e que havia aberto uma reclamação na ouvidoria que originou o processo 76668/2025 que se encontrava na Secretaria de Obras. Disse que o problema da calçada é a sua estrutura mas que estava-se culpando a árvore presente nela. **Solicitou que se convidasse a Fiscalização de Posturas para esclarecer sobre essa questão das calçadas da cidade.** O **Presidente do Conselho** citou que a Lei de Acessibilidade prevê essa prerrogativa de retirada



de árvore em caso de prejuízo à mobilidade no passeio público. Disse não concordar com essa lógica, que havia outras possibilidades como, por exemplo, ampliar a calçada, mas que era o que estava previsto em Lei. O **Conselheiro Leonardo Machado** fez coro com as falas dos conselheiros sobre as podas e cortes inadequadas de árvores e sobre o absurdo deste serviço não passar pela gestão e controle da SEMAS. Apresentou também concordância com a proposta feita pelo Conselheiro Rodrigo Lemes, sobre uma manifestação apropriada do COMMADS em relação a esse tema. Citou os atos possíveis do COMMADS, segundo o Regimento Interno, como pareceres, relatórios, proposições, resoluções, encaminhamentos, moções e decisões. **Solicitou também que o Secretário de Serviços Públicos Rodrigo Silva fosse convocado para dar esclarecimentos sobre o assunto no Conselho.** Sobre a questão do contrato de poda e corte de árvores ser gerido pela Secretaria de Serviços Públicos e não pela Secretaria de Meio Ambiente, apresentou a sua percepção de que esta prerrogativa, provavelmente, havia sido estabelecida em Lei, com aprovação da Câmara de Vereadores. Expôs que, como o Conselho não tem poderes para alterar diretamente uma Lei, este deveria seguir os caminhos possíveis dentro das suas prerrogativas regimentalmente previstas. E dentro destas possibilidades, considerou a convocação do Secretário de Serviços Públicos como um importante primeiro passo. Defendeu que a partir deste primeiro passo, se trabalhasse na elaboração de um ofício ou resolução do COMMADS para ser encaminhado para a Câmara Municipal pedindo a alteração desta Lei. A participante **Virgínia Nogueira** discorreu sobre a importância dos conselheiros refletirem estrategicamente sobre as formas mais assertivas de elaborar e encaminhar suas demandas, tendo por base a sua experiência e tendo em vista que havia uma dinâmica estabelecida de tentativas e erros que não vinham garantindo resultados efetivos. Fez uma intervenção sobre ser necessário, para além da defesa das coberturas vegetais das cidades, ser necessária a defesa da retirada de áreas cimentadas. Criticou as estruturas construídas nas áreas do Bar do Côco e Praia Campista. **Propôs que a formulação desses encaminhamentos passem por uma Câmara Técnica de competência jurídica, para que haja maior efetividade.** O **Secretário Executivo Hélio Márcio** recomendou que se adote a dinâmica de se submeter as propostas a serem encaminhadas na plenária às câmaras técnicas, que a forma mais assertiva de se encaminhar propostas não deveria ser apressada. Também propôs que a Câmara Técnica de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos comece um debate técnico e, após a análise técnica, emita um posicionamento formal e técnico sobre a lei da reforma administrativa de 2020. Explicou que a secretaria, no ordenamento jurídico



municipal, teve mudada as suas funções, ficando com função técnico-científica e de repressão por meio da fiscalização, havendo exclusão de atividade executivas. Disse não ser questão de se avaliar como certo ou errado e sim como uma questão de opção da sociedade em dado momento. Problematicou que a participação da sociedade civil no Conselho, frequentemente, ao longo do tempo, investiu em debates e denúncias sem se utilizar dos instrumentos formais e técnicos que estão à disposição dos representantes. Compartilhou a percepção de que o Conselho havia evoluído muito ao longo de 2025 e que as provocações regimentais do Conselheiro Leonardo Machado haviam contribuído bastante para isso. O **Presidente do COMMADS, Phelipe Smith**, fazendo menção ao pronunciamento do Secretário Executivo, sobre sua possível saída do Conselho, disse não concordar e ter a convicção sobre a importância do trabalho do Secretário Executivo à frente do colegiado, dando legalidade aos atos e ordem ao debate. Uma **interlocutora** que não fez uso do microfone e não se identificou, fez menções à necessidade de maior cobrança pela regulamentação da Lei do Silêncio. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** sinalizou concordância a respeito de se fazer uso mais efetivo dos instrumentos técnicos e formais do Conselho, mas ponderou que, historicamente, a gestão não dá publicidade aos atos e decisões do colegiado. Questionou sobre a disposição da atual gestão em publicar os atos e posicionamentos do Conselho em Diário Oficial. O **Presidente Phelipe Smith** afirmou que sim, que a gestão se comprometia com este procedimento de publicidade dos atos do colegiado. O **Conselheiro Rodrigo** também ponderou sobre o chamamento da Secretaria de Serviços Públicos a dar explicações ao COMMADS, explicando ser interessante mas que, ao mesmo tempo, talvez fosse desnecessário uma vez que poderia-se adotar um entendimento de que a operação desse contrato de prestação de serviço, colocado em perspectiva no debate do colegiado, pudesse não ser tão interessante à Secretaria de Ambiente e que, talvez, se pudesse adotar um entendimento de necessidade de ajuste operacional com devido acompanhamento técnico e fiscalizatório sem, necessariamente, alterar a prerrogativa de execução do contrato. Pontuou que se o serviço não está sendo bem executado, o secretário do órgão responsável deve responder por isso. Sugeriu que se houver um entendimento de que as iniciativas do COMMADS em defesa de uma melhor fiscalização destes serviços, se esgotarem e não tiverem efeito, que se procure o Ministério Público. Citou a situação das obras realizadas na faixa de restinga da Praia do Pecado, objeto de decisão do Ministério Público que mandou demolir as estruturas construídas. Apontou que acredita que o COMMADS é um importante espaço de discussão e que deve ser colocado à prova, chamando o citado secretário a dar as



explicações. Entretanto, sugeriu que, paralelamente, se dê andamento ao debate técnico sobre o assunto, em Câmara Técnica, para emissão de um posicionamento oficial do colegiado. O **Conselheiro Marcelino Fernandes**, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, convidou a todos para participar de um encontro para arquitetos e sociedade civil, dia 19 de novembro, para debater temas voltados para o urbanismo, licenciamento de projetos e obras, assistência técnica para habitação social, acessibilidade e mobilidade urbana, entre outros. Encerrada a Tribuna Livre passou-se ao **Grande Expediente**.

GRANDE EXPEDIENTE

O Secretario Executivo informou que a SEMAS havia conseguido emplacar, na COP 30, um **projeto de logística reversa de garrafas** visando eliminar estes resíduos no ambiente, com geração de trabalho e renda, com financiamento do Banco do Brasil. Disse que o projeto se inspirou em uma experiência de sucesso na Alemanha. Apresentou detalhes da proposta, dados e estimativas sobre a geração destes resíduos em Macaé, sobre a coleta seletiva no país, e sobre a centralidade da Logística Reversa como meio mais econômico e racional de enfrentar o problema. Comentou que o projeto é um grande desafio e que um corpo técnico da Secretaria seria enviado à Brasília para fazer um curso visando viabilizar o projeto e acessar os recursos. Informou também que o corpo técnico da Secretaria estava estudando sobre o funcionamento dos fundos de Apoio às Ações Voltadas à Reciclagem e de Investimento para Projetos de Reciclagem, dois fundos federais com possibilidades de aportes milionários que a SEMAS pretende utilizar para, inclusive, fazer a capacitação dos catadores para que eles possam atuar na parceria. Elencou que os benefícios vão desde a redução de impactos ambientais, fomento da economia circular, mobilidade econômica e pioneirismo no setor, podendo virar referência para novas experiências. Citou experiências correlatas importantes em Brasília, São Paulo e Recife. Pediu o apoio do COMMADS a este trabalho. Passou à abordagem de outro projeto importante para ser compartilhado com o Conselho, o **Conexão Ambiental**, que visa oferecer cursos de educação ambiental com qualidade e quantidade de horas adequadas, aproveitando recursos humanos das universidades. Explicou que já ouviu depoimentos do setor empresarial sobre pagamento de cursos meramente proforma, desviando da verdadeira finalidade da exigência, gerando um processo de educação ambiental desfuncional, apenas de aparências. Falou que o projeto se divide em duas modalidades, interna e externa, sendo que, a modalidade interna se



baseia na atividade de formação realizada pela universidade dentro da empresa e, a externa se baseia na realização de passeios de educação ambiental com crianças, em especial as oriunda de escolas de bairros periféricos. Apelou por apoio da sociedade civil e pediu mais esforço de mobilização para que ONGs e movimentos sociais se cadastrassem junto à Secretaria para ajudarem a tocar estes projetos. Ressaltou que a proposta ainda se encontra em fase de amadurecimento junto às universidades locais. O **Conselheiro Rodrigo Lemes** fez uma defesa desta decisão de priorizar a atuação de ONGs e universidades locais, por serem estas que detém conhecimentos específicos do território. Criticou a atual situação recorrente de contratação de empresas de fora que dão cursos excessivamente condensados, com emissão de certificados que declaram o cumprimento de uma carga horária fantasiosa e com fornecimento de conteúdo descolado da realidade local. Citou um exemplo de uma ONG de fora que ganhou um edital da Petrobras Ambiental e procurou a ex-vereadora Isa Vicente para perguntar onde ficava o bairro Lagomar. A **Conselheira Jane da Conceição Ribeiro da Costa** solicitou a palavra e fez uma defesa da política pública da moeda social Macaíba.

ORDEM DO DIA

Foi aprovada, por consenso, a proposta do Conselheiro Leonardo Machado de envio de convite ao Secretário de Serviços Públicos, Rodrigo Silva, para explicar sobre as execuções dos serviços de poda e corte de árvores na cidade. Encerrado o tempo regimental da reunião e não havendo mais falas inscritas, o **Presidente do Conselho Phelipe Smith** deu por encerrada a reunião.

